



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Resolução

Pelo direito a cuidados de saúde na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano

Há quarenta e dois anos, ficaram consagrados na Constituição da República Portuguesa, as funções sociais do Estado, entre as quais, a criação do Serviço Nacional de Saúde como instrumento de concretização da responsabilidade prioritária do Estado no que garante ao direito da Saúde para todos os portugueses e portuguesas, de uma forma universal e equitativa.

Sendo este sistema português um notável caso de sucesso, em termos de execução de políticas públicas de saúde, não só pela sua eficácia e pelos resultados obtidos, mas também, pelos ganhos de saúde dos cidadãos. Este facto transformou-o num dos principais agentes do desenvolvimento económico e social do país, sendo insuperável a sua contribuição que possibilitou a melhoria da qualidade de vida e dos padrões de saúde dos cidadãos.

Hoje porém, quatro décadas desde o seu início, o Serviço Nacional de Saúde não cumpre totalmente os seus desígnios, fruto de opções políticas tomadas desde a sua criação.

O investimento no setor da saúde diminuiu 5% nos últimos 15 anos e que teve como consequência a degradação do serviço prestado pelas unidades de saúde, a redução das condições de trabalho dos profissionais de saúde e a própria degradação das instalações.

Degrada-se o Serviço Nacional de Saúde, avança o sector privado.

Crescem os problemas estruturais: tempo de espera dilatados para primeiras consultas e para cirurgias, elevado número de utentes sem médico de família, taxas moderadoras que são para muitos doentes, e em particular, para os mais idosos, com poucas pensões, um impedimento no acesso aos seus cuidados de saúde, a não valorização dos cuidados de saúde primários, o não avanço da reorganização da rede hospitalar e a falta de articulação entre diferentes níveis de cuidados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Os médicos, os enfermeiros, os técnicos de saúde, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais, cansados e desmotivados, lutam e reclamam do Governo, soluções para os seus problemas. Exigem valorização profissional e evolução na carreira, a eliminação de tratamentos diferenciados, atualizações salariais e a contratação de profissionais.

É por todos estes fundamentos, é, sobretudo pela contínua degradação do Serviço Nacional de Saúde que levaram os membros desta Assembleia Municipal a apresentar esta resolução.

Três anos depois da saída da TROIKA, os principais problemas no Serviço Nacional de Saúde, seja a nível nacional seja a nível local, mantêm-se e agravam-se.

Situando-nos a nível local, no nosso Litoral Alentejano têm sido continuadas as ações de luta, as reuniões com o Governo, com as comissões de utentes, com sindicatos, com profissionais de saúde, com o propósito comum de denunciar factos e exigir mais e melhor acesso às condições de cuidados de saúde, das quais destacamos:

A reunião dos presidentes de Câmara do Alentejo Litoral no passado dia 31 de janeiro com o Ministro da Saúde e com a Secretária de Estado da Saúde onde manifestaram o seu descontentamento e procuraram sensibilizar para, a falta de pessoal não só médico e de enfermagem, mas também de assistentes técnicos, assistentes operacionais e técnicos das áreas especializadas, na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano.

Durante o mês de Abril e no âmbito do Roteiro para a Valorização da Saúde, as diversas reuniões da CIMAL com várias entidades, nomeadamente com os Presidentes de Junta de Freguesia do Litoral Alentejano.

No passado dia 6 de Abril, o protesto realizado pela Coordenadora das Comissões de Utentes do Litoral Alentejano, pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e pela União Local de Sindicatos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines para denunciar a grave situação da falta de profissionais na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, denunciando a situação dos médicos, enfermeiros e utentes que estão exaustos. Reforçando que o Hospital atingiu um limiar crítico que diminui o acesso da população a cuidados de saúde, condignos e de qualidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Os eleitos da Assembleia Municipal na sua reunião de 27 de Abril, e, de acordo com a sua responsabilidade para com a população que os elegeu, decidiram:

- Denunciar a evolução da degradação dos cuidados de saúde no Litoral Alentejano e, em particular no concelho de Grândola;
- Manifestar o seu apoio à luta das populações coordenadas pelas suas comissões de utentes;
- Exigir ao Governo a assunção das suas responsabilidades, consagradas na Constituição da República e na Lei, na área da Saúde, criando as condições para a fixação de profissionais de saúde na Região, reorganização do funcionamento da rede dos Centros de Saúde em articulação com o HLA, criando as condições para inverter a degradação do Serviço Nacional de Saúde.

Aprovada por unanimidade.

Assembleia Municipal de Grândola, 27 de abril de 2018.

O Presidente da Assembleia Municipal

-Rafael Francisco Lobato Rodrigues-